



Fotografia: Sílvia Aguião. Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2011.





Carla Cristina Lima de Almeida*

Corpo e gênero: articulando um debate

Resumo: O artigo examina as relações entre corpo e gênero, problematizando a tese de que o corpo constitui uma base fixa sobre a qual se fundamenta o gênero. A partir de um estudo bibliográfico, apresenta argumentos que evidenciam o corpo e o sexo envolvidos em intensas práticas discursivas sobre o “eu” e a ordem social; constituindo-se, portanto, também em instâncias dinâmicas e mutáveis. O trabalho investiga ainda algumas construções contemporâneas em torno do corpo, destacando questionamentos provocados pelo crescimento das práticas de “reprodução assistida”. Pretende, assim, colaborar com o desenvolvimento de estudos do gênero no campo do serviço social, estimulando análises que considerem os contextos sociais, históricos e culturais que articulam as experiências marcadas por gênero, bem como a formulação de políticas públicas nesta área.

Palavras-chave: Gênero; corpo; cultura.

Abstract: The article examines the relationships between gender and body; questioning the thesis that the body is a fixed base upon which is founded the gender. From a bibliographic study, presents arguments that show the body and sex involved in intense discursive practices on the “I” and the social order; and therefore also in dynamic instances and mutable. The work investigates some contemporary constructions around the body, highlighting questions caused by the growth of the practice of “assisted reproduction”. Want to thus contribute to the development gender studies in the field of social service, encouraging analyses that consider the social, historical and cultural contexts that articulate the experiences marked by gender, as well as the formulation of public policies in this area.

Keywords: Gender; body; culture.

*Assistente social, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). E-mail: caralmeida@uol.com.br

Há mais razão no teu corpo do que na própria essência da tua sabedoria.
E quem sabe por que é que o teu corpo necessita da essência da tua sabedoria?
(*Assim Falou Zaratustra* – Nietzsche)

O problema não é inventar. É ser inventado
hora após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente.
(*Corpo* – Carlos Drummond de Andrade)

Neste artigo sistematizo algumas reflexões que tenho feito ao longo de minha prática docente, particularmente no que diz respeito ao acompanhamento da produção de trabalhos acadêmicos sobre gênero na área do Serviço Social. Examinando especialmente a perspectiva que considera gênero como construção social, tomando o corpo como a base sobre a qual se erguem tais elaborações. Esta premissa, usualmente, fundamenta a análise das hierarquias e desigualdades sociais entre homens e mulheres.

A partir de algumas leituras sobre gênero e corpo no campo das ciências sociais, trago argumentos que questionam a ideia de que corpo e sexo são instâncias estáveis e sólidas ao longo do tempo. Em seguida, dirijo a atenção para o fenômeno da “reprodução assistida”, o qual tem instigado novas perspectivas sobre esses e outros temas.

Esse percurso se justifica pela importância que tem sido verificada nos debates profissionais do Serviço Social no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos que tematizem o gênero, incorporando a perspectiva crítica e o conjunto de implicações teóricas, metodológicas e políticas desses trabalhos. Além disso, o artigo tem o objetivo de fomentar pesquisas que desvelem dinâmicas das relações inter e intragêneros considerando a necessidade de se atentar para os diferentes contextos sociais, políticos e históricos.

1. Problematicando Gênero e Sexo

A utilização do conceito de gênero nos estudos sobre mulheres, mas não somente neles, tem sido reconhecida como uma imensa contribuição para a superação de paradigmas tradicionais e conservadores, tanto de desigualdades sociais quanto de padrões clássicos do pensamento ocidental, marcadamente organizado de forma dicotômica e androcêntrica. Entretanto, como vem sendo questionado em muitos trabalhos, gênero como um conceito desnaturalizador das relações impôs-se justamente tomando como fundamento a distinção de dois sexos. Piscitelli (1997) acentua que, embora haja uma postura crítica em relação à universalização das diferenças biológicas como explicação para diferenças sociais, o fundamento desta crítica repousa ainda sobre distinções, tais como natureza e cultura.

Nessa direção, Henrieta Moore (1997)¹ destaca que justamente esses são termos problemáticos que aparecem na discussão. A “natureza” constitui uma forma de descrição das diferenças estabelecidas entre mulheres e homens na vida social, supondo-se que estas têm sua origem na biologia. Nos diferentes sentidos assumidos a partir desse debate, como exemplo, encontramos o determinismo biológico e o construtivismo social, destaca-se o fundamento biológico como fio condutor.

¹ Tradução de Júlio Simões, exclusivamente para uso didático, do original em inglês “Understanding sex and gender”. In: Tim Ingold (Ed). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997.

Moore (*Ibid.*) adverte que “a relação real entre o sexo biológico e a construção cultural do gênero não foi devidamente examinada, visto que foi assumida como uma relação relativamente não problemática”. As diferenças sexuais binárias, mesmo não determinando, fundamentam a categoria gênero, tornando-se recorrente a ideia de que o corpo sexuado é uma base de onde se ergue o edifício do gênero, concebido como uma categoria cultural em oposição à outra natural.

Referindo-se ao pensamento de Donna Haraway, Piscitelli (*op. cit.*) destaca que ao insistir na ideia de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historiados, ficando intactas noções como “mulheres” e “homens”, as quais são tomadas como identidades essenciais dos sujeitos.

Já em Foucault (1988) aparece a tese de que o sexo é um efeito e não uma origem; é um produto de práticas discursivas, destacando a natureza construída das categorias sexuais binárias.

A noção de sexo permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu fazer funcionar uma unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pode, portanto, funcionar como significante único e como significado universal. Além disso, (...) pode marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução; (...) ganhou, por privilégio de vizinhança, uma garantia de quase cientificidade; mas, através dessa mesma vizinhança, certos conteúdos da biologia e da fisiologia puderam servir de princípio de normalidade à sexualidade humana (FOUCAULT, 1988, p.144-145).

Desse modo, os autores nos sugerem pensar que, assim como o gênero não é uma categoria dada ou fixa, também o sexo e o corpo precisam ser examinados como construções sociais e históricas. Esse é o ponto que vamos analisar a seguir, tomando como apoio os estudos do historiador Thomas Laqueur.

2. A natureza do CORPO na história

Embora sejam de sexos diferentes,
Em conjunto são o mesmo que nós,
Pois os que estudaram com mais afinho
Sabem que mulheres são homens virados para dentro.
(Galeno de Pérgamo, 129-200 D.C.)

Esses versos datam do início do século XIX e, segundo Laqueur (2001), localizam-se numa época em que as concepções corporais já haviam mudado. Em seu estudo, o autor apresenta rico material historiográfico, convergindo para a perspectiva de que o sexo foi inventado. Vejamos.

No século II d.C., Galeno demonstrava que as mulheres eram homens em essência, visto que nelas faltaria uma espécie de calor vital, o que teria evitado sua completa formação. Isto resultou uma “retenção interna” das estruturas, as quais, no homem, se tornam visíveis externamente: “nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (LAQUEUR, 2001, p. 16).

Mas, ao final do século XVII, a “natureza sexual humana” mudou. Os naturalistas e os médicos insistiam numa retórica de que era possível contabilizar e descrever todo o conjunto contrastante de diferenças entre os homens e as mulheres, desde o corpo até a alma, o físico e a moral:

Todas as partes do corpo dela apresentam as mesmas diferenças: todas expressam a mulher; a sobrancelha, o nariz, os olhos, a boca, as orelhas, o queixo, as faces. Se olharmos para dentro, e com a ajuda do bisturi, veremos nos órgãos, tecidos e fibras que encontramos por todo o lado... a mesma diferença (LAQUEUR, 2001, p.17).

Desse modo, o discurso da natureza corporal que se articulava até então se dava em torno de diferenças de ênfase. Isto porque o corpo feminino era um corpo incompleto no seu percurso em direção ao masculino, posto que lhe faltasse o “calor”. A partir do século XVII, as narrativas do corpo passam a se constituir num discurso contrastante, descritivo de categorias de diferença hierarquizantes. Como afirma Laqueur, a “biologia – o corpo estável, não histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social” (2001, p. 18).

Instaura-se, a partir de então, o modelo do dimorfismo sexual, segundo o qual a natureza humana é cindida em dois sexos, o masculino e o feminino, radicalmente opostos, complementares e com características próprias. Conforme Laqueur procura demonstrar, a anatomia e a natureza constituem uma complexa construção baseada não apenas nas práticas da ciência, como no que ele denominou de *estética da diferença anatômica*. Não se trata aqui de buscar qual é a interpretação “falsa” ou “verdadeira” do corpo, mas de enunciar a estratégia interpretativa sobre o mesmo, ou sua *estética da representação*.

As razões que levaram a essa mudança, ao contrário do que possa parecer, não são frutos de maior conhecimento científico, mas sim de desenvolvimentos do campo político e epistemológico.

No final do século XVII, em certos contextos específicos, o corpo não era mais visto como um microcosmo de uma ordem maior, na qual cada partícula da natureza é posicionada dentro de várias camadas de significação. A ciência não mais gerava as hierarquias de analogias, as semelhanças que levavam o mundo inteiro a tentativas científicas, mas criava um corpo de conhecimento ao mesmo tempo infinito e extremamente pobre, como argumenta

Foucault. O sexo do Iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – foi tornado possível por essa mudança epistêmica (LAQUEUR, 2001, p.22).

O autor argumenta, porém, que a epistemologia sozinha não é capaz de produzir o dimorfismo sexual, é necessária uma circunstância política, que nesse caso consistiu em articular o discurso sobre sexualidade a uma narrativa de produção do sujeito e da ordem social: “a sociedade, escreve Maurice Godelier, persegue a sexualidade do corpo” (LAQUEUR, 2001, p. 22).

As transformações no modo de representar o corpo, observadas por Laqueur (*Ibid.*), levaram-no à tese de que na época do discurso do sexo único, pré-iluminismo, diferentemente do que se pensa, o sexo ou o corpo era compreendido como um epifenômeno, enquanto o gênero, que hoje consideramos cultural, era primário, “real”. Nesse modelo, sexo e gênero eram ligados a um círculo de significados, onde ser homem e ser mulher representavam dispor de um poder social, um lugar. A estratégia iluminista deslocou o significado para um substrato biológico. Laqueur argumenta que, antes do século XVII, o sexo era uma categoria ainda sociológica.

Reconsiderando a questão posta inicialmente acerca da relação direta e naturalizada estabelecida entre corpo e gênero, os estudos de Laqueur e Foucault mostram que, ao longo do tempo, o corpo e o sexo foram interpretados, inventados. O corpo não é algo fixo, estável, porém construído historicamente e, portanto, sujeito a novas narrativas.

A *natureza do sexo* não apresenta nada de essencialmente natural, senão que é uma expressão da nossa necessidade de falar a respeito. Esta questão é bem explorada nos estudos de Foucault (1988) quando este problematiza a *hipótese repressiva* no que tange aos “segredos do sexo”, constantemente afirmada na modernidade.

Conforme argumenta Laqueur “o chamado sexo biológico não oferece um fundamento sólido da categoria cultural de gênero, mas ameaça constantemente subvertê-lo” (2001, p.161).

(...) não há um sexo ‘real’ que, em princípio, baseie e distinga de forma reducionista os dois gêneros. O gênero é parte da ordem de coisas, e o sexo, se não inteiramente convencional, tampouco é solidamente corpóreo. Assim, a forma moderna de pensar sobre esses textos, de perguntar o que acontece com o sexo quando o desempenho dos gêneros torna-se indistinto, não funciona. O que chamamos de sexo e gênero é, na Renascença, ligado em um círculo de significados cuja escapada para um suposto substrato biológico é impossível (*Ibid.*).

Esta produção discursiva não para. Estudos contemporâneos mostram que o corpo continua sendo modificado, (des)articulando formas de concebê-lo e regimes de produção de subjetividade e da ordem social, como observamos a seguir a partir de pesquisas que analisam diferentes culturas.

3. Experiências culturais: relativizando o corpo

Se o corpo vem sendo esboçado ao longo do tempo histórico de distintas formas, os estudos antropológicos apontam que nem todas as culturas valorizam-no como fonte de produção de diferenças essenciais entre homens e mulheres.

Moore (1997, p. 7) cita os estudos etnográficos de Marilyn Strathern que evidenciam a natureza fragmentável e múltipla do gênero entre os habitantes de Mount Hagen, na Nova Guiné, revelando outras relações entre corpo e gênero: “eles concebem o gênero como um processo, mais do que uma categoria: como alguém se torna, em vez de o que alguém é”. A partir de trabalho produzido por Meigs (1990), Moore observa que as pessoas podem se tornar mais femininas ou masculinas dependendo da intensidade do contato com substâncias consideradas femininas (sangue menstrual, fluidos do parto, secreções vaginais). Em ambos os casos, gênero é uma categoria processual, aquilo que uma pessoa se torna ou pode vir a ser.

Ainda que essas concepções convivam com leituras corporais de diferenciação, tais trabalhos evidenciam, no mínimo, diferentes sistemas de conceituação de gênero: “a diferença sexual existe dentro dos corpos, assim como *entre eles*”. Sugere-se assim que são as práticas entre pessoas e objetos e os processos contextualizados que demarcam as experiências. Assim, para os Hagen:

perseguir objetivos socialmente valorizados (‘agir como um homem’) e perseguir interesses individuais (‘agir como uma mulher’) são tipos de comportamentos abertos tanto para as mulheres como para os homens e que, embora os idiomas de gênero sejam usados para descrever qualidades morais e comportamentos socialmente valorizados, isso não determina de que modo o comportamento real de mulheres e homens individuais será avaliado em qualquer contexto particular (MOORE, 1997, p. 10).

Desse modo, pesquisas antropológicas mostram que algumas culturas não dão ênfase às diferenças biológicas entre “mulheres” e “homens”, ou não o fazem da mesma forma como estamos acostumados a designar nas culturas ocidentais modernas. No caso dos estudos de Strathern sobre os melanésios percebemos que os modelos ocidentais não podem ser utilizados como referenciais para a interpretação dos idiomas de gênero em toda e qualquer cultura. Entre os povos estudados pela antropóloga, não se observa a metáfora – ocidental – do domínio da cultura sobre a natureza (*apud* PISCITELLI, 1997:58).

As identidades de gênero melanésicas podem ser duplas ou compostas e/ou unitárias. A manifestação dessas identidades depende das circunstâncias, ou seja, da forma assumida pelas identidades daqueles com quem se está interagindo. No estado composto, cada pessoa é uma espécie de andrógino que não opera nem como ‘homem’, nem como ‘mulher’: trata-se de uma relação de gênero composto (*cross-sex*). No estado unitário, nos encontros que podemos imaginar como de ‘homem-mulher’ a identidade

de gênero das pessoas se homogeneíza de tal maneira que suas partes internas se mantêm numa relação de sexo único (*all male*, *all female*). Assim, as relações de gênero que deveriam ser o foco de análise, na Melanésia, não são aquelas entre ‘homens’ e ‘mulheres’, mas as relações entre *same sex* e *cross-sex*: as formas – transformáveis – de pessoas que podem aparecer como singulares ou múltiplas. (grifos nossos). (PISCITELLI, 1997, p. 63).

Nessa perspectiva “o gênero é pensado como categoria ‘empírica’, como um operador de diferenças não preestabelecidas que *marcam* e que só podem ser compreendidas contextualmente” (1997, p. 60). A preocupação cada vez maior entre as estudiosas de gênero de superar construções universais e dicotômicas dos seus filtros analíticos tem levado ao interesse pela compreensão de “sistemas simbólicos contextualizados” (PISCITELLI, 1997: 61).

Nesse sentido, esta reflexão aponta para o desafio de superar concepções universalistas com o recurso do olhar histórico e cultural, privilegiando os contextos significativos das experiências corporais, de gênero, e outras. Não se trata de negar o corpo e o sexo, mas de valorizá-los e desvelá-los como produções narrativas dos sujeitos e da sociedade em determinadas situações.

4. Transformações do corpo, natureza e cultura

Ortega (2008) considera fundamental o exame do ascetismo ao longo da história para compreender as transformações culturais da sociedade. As modernas asceses corporais, as bioasceses, implicam novas formas de sociabilidades (biossociabilidade), produzindo novos modos de subjetivação (bioidentidades).

Assim, podemos observar o fenômeno da constituição de grupos de interesse segundo critérios de saúde, *performance* corporal, doenças específicas, longevidade etc. Cabe sinalizar que, para o autor, as biossociabilidades surgem da “interação do capital com as biotecnologias e a medicina” (idem, p.30): “Na biossociabilidade criam-se novos critérios de mérito e reconhecimento, novos valores com base em regras higiênicas, regimes de ocupação de tempo, criação de modelos ideais de sujeito baseados no desempenho físico” (ORTEGA, 2008, p.31).

O corpo, nesse processo, torna-se central para a experiência do eu, de modo que, na bioascese moderna, corpo e mente se fundem na formação da bioidentidade somática, trata-se de “um eu que é indissociável do trabalho sobre o corpo” (2008, p. 42). De forma distinta dos gregos, aqui as práticas corporais não adquirem um simbolismo político, de um ser que se realiza no espaço público; mas, ao contrário, investem sobre a capacidade individual de adaptação e assujeitamento à norma, numa experiência apolítica, destituída de interesse com o outro.

O exame de práticas corporais contemporâneas, como o *body building* e os regimes de higiene e saúde, leva o autor a observar mudanças nas formas de conceber o corpo e o sujeito, de modo que podemos, num diálogo fictício com Laqueur, apoiar a ideia de que o corpo é constantemente objeto de investimento de narrativas sociais e políticas, assim como do “eu”.

Analisando, por exemplo, a questão dos transplantes de órgãos, a antropóloga Nancy Scheper-Hughes e Biehl (2000) mostram que os processos que envolvem a mercantilização de partes do corpo apresentam um poder de reconceitualizar o corpo humano e suas partes, em sua relação com a pessoa e desta com os outros. Uma série de questionamentos leva a indagar as tradicionais concepções iluministas sobre o corpo e sua relação com o indivíduo e o eu. A autora indaga, por exemplo, se podemos considerar que “o corpo é a propriedade inalienável do indivíduo à luz das diversas e conflitantes demandas por tecidos humanos e material genético?” (2000, p. 58). Assim, no caso da escassez de órgãos para transplantes:

o corpo pode ser definido como ‘cerebralmente morto’ para certos propósitos (como diminuição de custos de manutenção de ‘vida artificial’ ou captação de órgãos), enquanto para outros propósitos (como laços familiares, afetos, credos religiosos ou noções culturais de probidade e dignidade) ele pode ainda ser percebido como ‘vivo’. Mesmo quando a morte somática é óbvia para os membros da família (‘o ente querido que se foi’, ‘nosso amado irmão’ etc.), a mudança de percepção de ‘corpo morto’ para ‘cadáver saudável’ talvez leve mais tempo para ser assimilada do que o tempo técnico disponível para a captação de ‘órgãos em boas condições’ (um tempo que a ciência está estendendo com novos métodos e produtos) (2000, p. 59).

Na perspectiva de acompanhar as constantes e ambivalentes ressignificações acerca do corpo, o advento da “reprodução assistida” constitui um fenômeno singular para análises contemporâneas sobre o que é humano, natureza, biologia, formação de parentesco, gênero.

A “reprodução assistida” envolve um conjunto de tecnologias (ou novas tecnologias reprodutivas) que propiciam a procriação sem relação sexual. As técnicas mais conhecidas são a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* (bebê de proveta), sendo que cada uma delas envolve diferentes tipos de procedimentos. Comumente, o acesso a essas tecnologias é restrito e de alto custo.

Körbes e Invernizzi (2010) destacam, entretanto, que a assistência pública à concepção, preconizada na Nova Política de Direitos Sexuais e Reprodutivos², já era prevista nos artigos 3º e 9º da Lei de Planejamento Familiar n. 9.263/96, que regulamenta o artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As autoras afirmam que “as leis e as tecnologias não são novas, mas nas últimas três décadas houve avanços significativos em técnicas científicas e aplicações médicas das tecnologias de reprodução assistida e a demanda por tratamentos é grande” (2010, p.487).

Um conjunto de trabalhos tem produzido análises muito refinadas que esmiúçam, na esteira de um processo por si só bastante esmiuçado, as (re)afirmações

² BRASIL. Ministério da Saúde, aprovada em 22 de março de 2005 prevê, entre outras coisas, a oferta da reprodução assistida pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Como desdobramento foi publicada a portaria n. 426/GM, de mesma data, que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida.

do modelo ocidental marcado pela “genetização do parentesco” (STRATHERN, 1992 *apud* LUNA, 2005); biologização da identidade (LUNA, 2005); naturalização do desejo por filhos, em especial da maternidade (LUNA, 2002; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2009), observando o advento da mercantilização de partes do corpo e o estímulo ao consumo de biotecnologias (CORRÊA, 2001; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2009)³. Se, por um lado,

as novas tecnologias reprodutivas ampliam a possibilidade de constituição do parentesco como escolha e não como resultado de processos naturais inexoráveis, também permitem que se acentue o valor dos laços genéticos, o que constitui a genetização do parentesco (LUNA, 2005).

A crença na família como naturalmente definida pelos laços consanguíneos e, portanto, biológicos, tem sido questionada a partir da experiência da reprodução assistida. Nos estudos sobre as novas tecnologias reprodutivas, Laqueur (1992) e Ruddick (1992), por exemplo, mostram como elas balançam velhas concepções de que a identidade da mãe da criança é óbvia enquanto a do pai é suposta: “a mesma criança pode agora ter três diferentes mães: uma que doa o óvulo, outra que carrega o feto em seu ventre e a mãe que lhe dá os primeiros cuidados após o nascimento” (1992, p.11 – tradução minha).

Luna (2005) pergunta se, no caso da reprodução assistida, “gestação e parto devem ser considerados relevantes ou não para designar a maternidade?” Problematisa-se, desse modo, os processos corporais como definidores de identidades sociais. Por outro lado, destaca que é “difícil estabelecer limites entre o natural e o cultural em um campo em que a biologia é continuamente afetada pela intervenção técnica. Natureza assistida deixa de ser natural?” (2005).

Trata-se, portanto, de um tema altamente instigante para a (re)leitura dos fundamentos de várias questões centrais aos modelos recorrentes de interpretação das relações de gênero, parentesco, família. Mas, além disso, estamos diante de um assunto que promete interferir intensamente nos nossos modos de pensar sobre as relações entre sexo e gênero e a suposição do corpo apreendido na chave da biologia como fundamento do gênero.

Considerações Finais

Esse artigo nasce da necessidade de trazer para o debate dos estudos de gênero no campo do serviço social, leituras sobre o conceito, problematizando a noção de que o corpo constitui uma base sólida e fundante do gênero. Vimos, ao longo das argumentações dos autores apresentados, que o corpo, assim como o gênero, também é uma construção.

O historiador Thomas Laqueur identifica os momentos em que o corpo e o sexo deixam de ser uma categoria sociológica e tornam-se anatômicos, por assim

³ Não será possível desenvolver esse debate no espaço deste artigo, por isso sugerimos os autores indicados.

dizer, incorporados a um discurso médico, tecnológico e biologicista. Com isso, adverte que, longe de ser uma base firme e segura, o corpo desestabiliza o gênero.

Foucault, por sua vez, mostra que a sexualidade na sociedade moderna é ostensivamente estimulada, fomentando uma narrativa do eu. Falar de si implica uma narrativa da sexualidade. Nunca se falou tanto sobre sexo, categorizando-o e normatizando-o. Assim, o discurso do corpo e do sexo está envolvido eminentemente com a produção do sujeito e da ordem social.

Além do tratamento arqueológico e historiográfico, as análises das culturas revelam modos distintos de dar sentido ao corpo e ao gênero, num mesmo lapso temporal. Isto aponta para a riqueza das análises comparativas, não somente para indicar diferenças e descentrar-nos de nosso ponto de vista sobre as coisas, mas também para nos assegurar das transformações e possíveis mudanças em curso. Para tanto, são ricas as análises sobre fenômenos contemporâneos como o *body building* e todo o conjunto de biossociabilidades identificado nos estudos de Ortega, assim como a crescente experiência de “reprodução assistida”. Gênero, portanto, pode ser entendido de uma forma diversificada, histórica, dinâmica, como os autores sugerem: contextualizada.

Essa perspectiva, do meu ponto de vista, enriquece as pesquisas na área, pois desafia o pesquisador a pensar no gênero como um idioma que precisa ser lido e interpretado nos contextos onde emerge. Desse modo, encaminha-se um debate metodológico articulado a este, que não foi possível desenvolver no espaço desse artigo.

No que tange ao Serviço Social, acredito que esta reflexão possibilita articular, em projetos de estudo e intervenção da área, leituras de gênero que remetam às experiências sociais e culturais das diferentes classes sociais, em seus distintos contextos de produção. Além disso, instiga análises das políticas sociais que revelem ao mesmo tempo o árduo campo da conquista de direitos, mas também as contradições sociais, políticas e culturais produzidas, considerando-se para tanto, os distintos investimentos narrativos em torno do gênero.

Recebido em 26 de novembro de 2011

Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2011

Referências bibliográficas

- CORRÊA, M. *Tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v. 1. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.
- KORBES, C; INVERNIZZI, N. Educação não formal sobre reprodução assistida: divulgação científica na Folha de S. Paulo. *Trab. educ. saúde* (Online), Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 dez. 2011.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. The facts of fatherhood. In: THORNE, B.; YALOM, M. (ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992.
- LUNA, N. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. *Cadernos Pagu*, n. 19, Campinas, 2002.
- _____. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. In: *Hist. e Ciênc. Saúde – Manguinhos* v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago. 2005.
- MEIGS, A . Multiple gender ideologies and statuses. In: SANDAY, P. e GOOD-ENOUGH, R., (Eds.), *Beyond the second sex: new directions in the Anthropology of gender*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1990.
- MOORE, H. Understanding sex and gender. In: INGOLD, T. (Ed). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997. (Compreendendo Sexo e Gênero). Trad. Júlio Simões, para fins acadêmicos. Mimeo.
- ORTEGA, F. *O corpo Incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, N.(Org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. Corpos fragmentados e domesticados na reprodução assistida. *Cadernos Pagu*, n. 33. Campinas, jul./dez. 2009.
- RUDDICK, S. Thinking about Fathers. In: THORNE, B.; YALOM, M. (ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992.
- SCHEPER-HUGHES, N.; BIEHL, J.G. O Fim do corpo: comércio de órgãos para transplantes cirúrgicos. In: DEBERT, G.; GOLDSTEIN, D. (orgs.) *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2000.
- STRATHERN, M. *Reproduction the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press, 1992.